

Extensão universitária popular e agroecologia no extremo sul da Bahia: campos para novas racionalidades e práticas libertadoras

Frederico Monteiro Neves

fmonteironeves@gmail.com

Dirceu Benincá

dirceuben@gmail.com

Universidade Federal do Sul da Bahia, Campus Paulo Freire |
Brasil

Resumo

A extensão universitária popular representa uma opção decolonial, intercultural e emancipadora, tomando a educação como pressuposto para promover a democratização do conhecimento, o encontro de saberes, a equidade e a justiça socioambiental. Com base nessa matriz analítica, o presente artigo objetiva articular referenciais teóricos das racionalidades libertadoras e da agroecologia com vistas a contextualizar uma experiência extensionista de economia solidária na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Os resultados indicam o potencial de integração social e articulação da Universidade, especialmente em regiões com grandes vulnerabilidades socioambientais.

Palavras-chave

Racionalidades Libertadoras; Agroecologia; Economia Solidária

1 Introdução

A região do Extremo Sul da Bahia é marcada por processos históricos de exploração e colonização, na lógica do “descobrimento”, que se iniciou nesse território há mais de 500 anos. Assim, foram oprimidos sistematicamente corpos, culturas e mentes dos povos tradicionais, bem como a própria natureza. Chegamos aos tempos atuais com graves problemas relacionados à concentração da terra, ao desmatamento, à morte dos rios, à escassez de água, à extensa monocultura do eucalipto, às vastas fazendas de gado e a um elevado contingente populacional em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

De outra parte, o território compreende uma expressiva sociobiodiversidade, com a presença de vários grupos e movimentos sociais organizados, sobretudo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), comunidades quilombolas, comunidades de pescadores e aldeias indígenas. A região ainda mantém remanescentes de Mata Atlântica com grande variedade de espécies biológicas, especialmente na Costa do Descobrimento.

Nas proximidades da cidade de Teixeira de Freitas, uma das mais populosas da região, o MST e as comunidades tradicionais estão empreendendo esforços no sentido de ampliar e diversificar a produção de alimentos na perspectiva agroecológica, ou seja, livres de insumos químicos e com a preservação dos ecossistemas locais. A consolidação desse modelo de produção depende de políticas de incentivo, de conscientização da população acerca da alimentação saudável e de espaços que viabilizem, do ponto de vista econômico, a comercialização desses produtos diretamente do produtor ao consumidor.

Nesse cenário, em 05 de junho (Dia Mundial da Ecologia e do Meio Ambiente) de 2013, foi criada a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), sendo que um dos seus *campi* está sediado na cidade de Teixeira de Freitas. Trata-se do *campus* Paulo Freire, em significativa homenagem ao educador e autor do livro “À sombra desta mangueira” (1995), no qual ele realiza uma análise crítica do sistema neoliberal que oprime os seres humanos e decreta o “fim da História” e a morte dos sonhos. A UFSB nasce em um momento histórico que lhe incumbe o compromisso de promover a sustentabilidade, ademais porque a própria realidade assim exige.

Com essa consciência, decidimos criar o projeto de extensão intitulado “Universidade e extensão popular: diálogos de saberes e práticas agroecológicas”. O mesmo está em execução desde outubro de 2017 e, em abril de 2018, pôs em funcionamento a Feira da Agricultura Familiar, sua atividade central. Esta ocorre a cada 15 dias, no *Campus* Paulo Freire, e integra trabalhadores da agricultura familiar, a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

A Feira reúne um conjunto de princípios que justificam a sua existência e orientam a sua prática. Entre eles, destacam-se: a produção agroecológica, o respeito à biodiversidade e aos processos naturais que sustentam a vida; a economia popular solidária, que tem na comercialização direta uma das principais ações; a integração social; a ecologia de saberes, que consolida a chamada Universidade extensa, com a troca de saberes e experiências; a soberania e a segurança alimentar, configurada na alimentação saudável; a educação popular permanente, abrangendo a formação política e cidadã; a autonomia e a emancipação das comunidades da agricultura familiar; o consumo consciente e a responsabilidade com as práticas sustentáveis no pós-consumo.

Este artigo pretende apresentar as principais referências teóricas que embasam as racionalidades libertadoras que deram origem à Universidade Federal do Sul da Bahia, que fundamentam o sistema de produção e de vida agroecológicos e que, também, dão suporte ao referido projeto de extensão. Em tempo, vale ressaltar que compreendemos a extensão como *comunicação*, segundo a concebeu Paulo Freire (1983) e como *extensão ao contrário*, na perspectiva apontada por Boaventura de Sousa Santos (2005). Trata-se, portanto, de uma *via de mão dupla*, de fora para dentro da universidade e vice-versa.

Para levar a bom termo a extensão, é essencial o diálogo. Nesse sentido, Paulo Freire (1992) afirma que o extensionismo antidialógico e mecanicista se constitui em uma invasão cultural que manipula, submete e domestica. Assim, ao fazer extensão, é necessário compreender o outro como sujeito histórico, respeitando seus valores e sua cultura. A extensão ancorada em uma proposta de universidade popular é aquela que se orienta para o fortalecimento da cidadania, da justiça social, da democracia ativa, da emancipação, num processo de construção coletiva entre universidade e comunidade.

O presente texto está organizado em quatro partes, além desta introdução. Na próxima seção será realizado um percurso teórico que objetiva situar as racionalidades da opressão e da libertação no contexto da agroecologia; na sequência, será discutido o papel da universidade e da extensão popular; em seguida, será apresentada a experiência da Feira da Agricultura Familiar. Nas considerações finais, serão indicadas algumas possibilidades de aprofundamento das racionalidades libertadoras aqui referidas.

2 Racionalidades da opressão e da libertação

A lógica colonial se concretiza e se reproduz de muitos modos, refazendo-se e assumindo feições próprias em cada contexto e época. O processo de colonialismo e colonialidade não é obra do acaso, antes resulta de racionalidades dominantes que se traduzem em ações e projetos concretos. Diversos autores abordam essa perspectiva, entre os quais Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres, Vandana Shiva e outros que serão mencionados ao longo do texto.

Enquanto o colonialismo se refere mais especificamente à exploração política, econômica e ambiental, a colonialidade atinge as dimensões do ser, do saber e da subjetividade, imprimindo condutas, práticas e comportamentos de submissão e passividade. É o mais poderoso instrumento – quase sempre subliminar – utilizado pelo sistema capitalista neoliberal para manter sua hegemonia, impor seu controle e instituir a monocultura da mente e a ideologia do pensamento único. De acordo com Maldonado-Torres, a *colonialidade* funciona como um poder imerso, difuso e bem articulado no interior do mercado capitalista mundial. Segundo ele,

apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente (MALDONADO-TORRES *apud* OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 18).

Por povoar o campo das ideias e da cultura, a colonialidade se constitui em uma fonte geradora de novas dinâmicas coloniais em todos os âmbitos da vida. Assim, no dizer de Maldonado-Torres, “respiramos a colonialidade” todos os dias. E a respiramos, ingerimos e absorvemos junto com os agrotóxicos, com os impactos insustentáveis do agronegócio, por meio da moda, do consumismo, dos meios de comunicação de massa etc. A colonialidade fortalece duas contradições centrais do capitalismo, quais sejam: a) a *mais-valia* (lucro), a exploração do trabalho e a exclusão (problema socioeconômico); b) a degradação e destruição da natureza e a desigual distribuição desses impactos, configurando processos de injustiça ambiental (problema socioambiental).

Numa acepção semelhante, Shiva (2003) traduz a colonialidade no conceito de monoculturas da mente, ou seja, uma racionalidade que dizima a diversidade e complexidade dos territórios em prol da simplificação com o objetivo de obtenção do lucro. Desse modo, a floresta com alta biodiversidade é devastada para a implantação de grandes monoculturas de eucalipto, de soja, de pastagens para o gado. A lógica do colonizador europeu e norte-americano se faz presente nesse processo. Está na raiz dessa racionalidade o uso do território para fins de reprodução do capital, notadamente por meio das monoculturas, que desconsidera a cultura

camponesa e suas especificidades de relacionamento com a natureza e de produção de alimentos (ALTIERI, 2012).

Essa racionalidade nos legou uma crise socioambiental de proporções planetárias (LEFF, 2006). Tais dinâmicas compõem o quadro geral das chamadas mudanças socioambientais globais modernas, caracterizado pelas mudanças climáticas, perda de biodiversidade, alteração dos ciclos biogeoquímicos do nitrogênio e fósforo, uso agressivo do solo, desigualdade social, entre outros. Principalmente após a 2ª Guerra Mundial, período denominado de “grande aceleração”, as sociedades humanas, sobretudo aquelas do capitalismo central, teriam expandido fortemente suas atividades sobre os ecossistemas do planeta (PORTO-GONÇALVES, 2006). Assim, os processos biofísicos foram alterados acima de sua capacidade de regeneração, impactando os ecossistemas e sua biodiversidade, bem como a ciclagem de carbono (STEFFEN *et al.*, 2015).

Em contrapartida, as construções descoloniais equivalem à luta pela autonomia, pela cidadania ativa e planetária, sustentadas por racionalidades libertadoras. Acerca disso, Mignolo aduz para a importância de romper com a lógica da colonialidade. Chama atenção para a necessidade de instituir processos de descolonização, o que requer uma opção descolonial, a desobediência epistêmica e um fazer descolonial. De acordo com ele,

opção descolonial significa, entre outras coisas, *aprender a desaprender* [...], já que nossos (um vasto número de pessoas ao redor do planeta) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/colonial [...]. Pensamento descolonial significa também o fazer descolonial (MIGNOLO, 2008, p. 290 – 291).

Paulo Freire (1983) também traz importante contribuição teórica e prática na perspectiva descolonial. Ao utilizar o termo *oprimido* refere-se aos indivíduos, grupos e povos que foram (e são) “negados de ser” e privados de “ser mais”. De outra parte, aponta a necessidade de “ler o mundo” e construir uma pedagogia da autonomia e da libertação. Enrique Dussel apresenta forte sintonia com essa linha de pensamento quando defende a importância de promover uma *filosofia da libertação* (1976), a partir da identidade dos povos oprimidos da América Latina, África e Ásia.

Em sua principal obra publicada em vida, *Os condenados da terra*, Frantz Fanon explica com clareza a sua concepção acerca da colonização e da descolonização. Para Fanon, a colonização é expressão da mais profunda forma de violência. “Desde o seu nascimento, está claro para ele [o colonizado] que esse mundo encolhido, semeado de interdições, só pode ser questionado pela violência absoluta” (FANON, 2005, p. 53). O autor concebe a violência como o elemento central em todas as relações coloniais.



O pensar descolonial se traduz em novas concepções de vida e de relação com o cosmos, como a noção do *bem viver*, adotada pelas comunidades indígenas da América Latina, o que constitui uma mudança de paradigma em relação ao conceito de *viver melhor* ou de *bem-estar* da sociedade de consumo. Para Leonardo Boff,

el Buen Vivir apunta a una ética de lo suficiente para toda la comunidad, y no solo para el individuo. El Buen Vivir supone una visión holística e integradora del ser humano, inmerso en la gran comunidad terrenal, que incluye además de al ser humano, al aire, el agua, los suelos, las montañas, los árboles y los animales; es estar en profunda comunión con la Pachamama (Tierra), con las energías del Universo, y con Dios. El pensamiento del Buen Vivir se aleja de la preocupación por consumir y acumular [...]. El Buen Vivir nos convida a no consumir más de lo que el ecosistema puede soportar, a evitar la producción de residuos que no podemos absorber con seguridad y nos incita a reutilizar y reciclar todo lo que hemos usado. Será un consumo reciclable y frugal. Entonces no habrá escasez (BOFF, 2009).

Trata-se de viver de maneira saudável, com o necessário, sem excessos, a fim de que todos – tanto os presentes quanto as futuras gerações – possam ter o suficiente para bem viver. E, além disso, viver em sintonia e harmonia com o meio ambiente e com as pessoas. O *bem viver* incorpora as racionalidades da libertação e sua respectiva práxis, como a agroecologia, que se constitui em um novo jeito de viver, conviver, produzir, trocar, consumir e tratar os resíduos. Ao valorizar a sociobiodiversidade, ao promover a pedagogia da autonomia e da libertação e ao fomentar a cidadania ativa, a agroecologia se conforma com um novo jeito de ser e estar no mundo.

3 O papel da extensão universitária popular

Sob essa perspectiva, compreende-se também o papel da universidade popular como aquela que garante à educação superior um papel central na promoção da integração social e na construção de projetos de desenvolvimento humano, sustentáveis, alternativos ao modelo neoliberal de crescimento desigual. A universidade popular representa uma opção descolonial, intercultural e emancipadora, tomando a educação como pressuposto para promover a democratização do conhecimento, o encontro de saberes, a justiça cognitiva, a equidade e a justiça socioambiental.

Diante do contexto global e local, a UFSB – ao se pretender uma universidade popular –, vem buscando assumir compromissos com a valorização da pluralidade de conhecimentos, com a ecologia de saberes e com práticas alternativas. Para Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 76),

a ecologia de saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana oriental etc.) que circulam na sociedade.

A ecologia de saberes configura uma forma de “extensão universitária ao contrário”, consistindo na abertura da universidade para *aprender* com as práticas sociais, nomeadamente com os camponeses, os indígenas, os afrodescendentes, os ribeirinhos, as mulheres, enfim, as camadas populares. A ecologia de saberes permite construir novos processos de libertação a partir da *sociologia das ausências* (SOUSA SANTOS, 2008), ou seja, *desde e com* os que foram historicamente oprimidos, marginalizados e excluídos. Trata-se de uma pedagogia/sociologia transgressiva da ordem estabelecida, na medida em que não aceita a naturalização das injustiças e desigualdades sociais.

Os oprimidos não são somente os pobres (FREIRE, 2018), mas também os ecossistemas, dizimados pelo voraz sistema neoliberal do acúmulo e do lucro a qualquer custo. Assim, os pequenos agricultores são duplamente marginalizados ao serem expulsos do campo, devido a uma lógica de mercantilização dos territórios e, também, ao fato de não receberem uma educação que corresponda à sua realidade e necessidades. Os que permanecem no campo, quase nunca têm garantida uma efetiva educação “do” campo (CALDART, 2012). A simples educação “no” campo normalmente reproduz a mesma lógica da colonialidade; já a educação “do” campo pode fomentar processos de libertação, sobretudo quando aliada a propostas como a da agroecologia.

No extremo sul da Bahia, os movimentos sociais do campo, notadamente o MST, propõem a agroecologia como um resgate dos saberes ancestrais, a valorização da sociobiodiversidade e a libertação dos agricultores, que passam a ser protagonistas, retirando da terra seu sustento e mantendo seu modo de vida e cultura. Nesse sentido, a agroecologia confronta a lógica da colonialidade, resgatando o sentido da diversidade cultural e biológica, pois busca trabalhar com a agricultura na perspectiva da valorização das relações históricas que nos foram legadas pela evolução das formas de vida e também das diversas culturas humanas que, dialeticamente, modificaram os ecossistemas para sua subsistência.

A agroecologia aponta para três importantes dimensões que se integram na prática dos agricultores. A primeira diz respeito à dimensão técnica, ao possibilitar a produção agroecológica em associação com desenvolvimentos tecnológicos não rivais com a lógica de

funcionamento dos ecossistemas, mas que são inspirados nos sistemas naturais; a segunda está baseada na construção de outra lógica de relacionamento dentro da sociedade e com os sistemas naturais, conformando-se, assim, numa proposta política descolonial, que se baseia em outros valores que não os do sistema neoliberal; por fim, a terceira dimensão diz respeito à espiritualidade, pois reposiciona a natureza como ente maior do que a sociedades humana, da qual somos parte, que deve ser respeitado e valorizado ontologicamente.

A partir desse quadro teórico, que motivou a ação extensionista em agroecologia no *Campus* Paulo Freire da UFSB, na próxima seção, serão apresentados os principais elementos que caracterizam a Feira da Agricultura Familiar como espaço dialógico e de “extensão ao contrário”, que busca, na práxis, elementos descoloniais e transformadores.

4 Experiência da Feira da Agricultura Familiar

A Feira da Agricultura Familiar tem em vista promover a articulação e integração virtuosa entre movimentos sociais do campo, comunidades tradicionais, a UFSB e a sociedade em geral. Para tanto, compreende-se que os movimentos sociais são atores fundamentais na luta para a construção de outro modo de produção, de distribuição, de consumo, outra economia, outra forma de relação com a natureza e outro modelo de sociedade.

Essa experiência está baseada nos princípios da economia solidária, da agroecologia, da articulação com os movimentos sociais e as comunidades tradicionais e na ecologia de saberes, confluindo para a construção de uma universidade popular no extremo sul da Bahia. A universidade popular é aquela que garante à educação superior um papel central na promoção da integração social e na construção de projetos de desenvolvimento humano, sustentáveis, alternativos ao modelo neoliberal de desenvolvimento.

O incentivo à economia solidária é outro importante objetivo do projeto. Segundo Laville e Gaiger (2009, p. 162),

a economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da idéia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado.

Associada à economia solidária está a concepção de outro modo de produção, que tem como base a sustentabilidade social e ambiental. A agroecologia configura essa modalidade de produção sustentável de alimentos saudáveis. Conforme Enrique Leff (*apud* GUHUR; TONÁ,

2012, p. 59), agroecologia é um conjunto de saberes e práticas de povos originários e de camponeses” que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura”.

A Feira acontece todas as primeiras e terceiras sextas-feiras de cada mês, tendo sido iniciada no dia 6 de abril de 2018. Em cada edição da Feira, verifica-se expressivo número de participantes, entre eles, professores e estudantes de diversas instituições de educação e a comunidade em geral. Os feirantes são fundamentalmente agricultores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Porém, o projeto prevê que produtores ligados a comunidades quilombolas, indígenas e outras também exponham seus produtos, sempre que cultivados com base na agroecologia.

A Feira da Agricultura Familiar é realizada no espaço físico da Universidade Federal do Sul da Bahia, *Campus* Paulo Freire, em Teixeira de Freitas. As trocas materiais e simbólicas compõem, em suas várias dimensões, a proposta deste projeto. Em cada edição da Feira são realizadas, no mesmo espaço e de forma integrada, atividades culturais, artísticas e de formação.

Essencialmente, a Feira se propõe a ser um espaço/tempo de diálogo e formação, buscando ir além da simples comercialização de produtos agroecológicos, ao propor atividades de reflexão que problematizam temas cotidianos e aprofundam a ideia de que a agroecologia é uma proposta viável e fundamental para a produção no campo e para a alimentação saudável no campo e na cidade.

Um elemento importante deste projeto é a construção coletiva e integrada tanto dos espaços físicos quanto dos instrumentos de gestão e organização da Feira, o que remete à ideia da ecologia de saberes e da extensão ao contrário, pois a universidade está sendo construída, pelo menos no espaço da Feira, a partir da contribuição dos movimentos sociais e das entidades regionais.

Essa construção tem sido realizada por professores, estudantes e técnicos da UFSB, pelo MST e pelos sindicatos de trabalhadores urbanos e do campo. Com relação à estrutura física, devido à inexistência de um espaço coberto na área onde atualmente ocorre a Feira, foi necessária a construção de um galpão para as atividades de formação, o qual serve, também, de refeitório. O galpão foi construído por trabalhadores do MST com materiais reutilizados e de baixo custo, sendo adaptado para auditório pela equipe de estudantes e professores do projeto. Os bancos foram feitos com paletes de madeira. Atualmente, esse espaço conta com capacidade para receber cerca de 100 pessoas sentadas.

No que tange aos instrumentos de gestão, o grupo gestor da Feira elaborou um regimento interno, que objetiva identificar princípios, objetivos, participantes e condições gerais para o ingresso de novos feirantes. Essa iniciativa está sendo realizada em diálogo profícuo entre a UFSB, os movimentos sociais do campo, principalmente o MST, e o grupo de apoiadores da Feira, a exemplo do Sindicato dos Bancários de Teixeira de Freitas. Para garantir a coerência entre a teoria e a prática, o regimento também define que, para se integrar à Feira, o feirante deverá assinar um termo de adesão e de responsabilidade, em que declara estar de acordo com os princípios da Feira e se responsabiliza em garantir a oferta de produtos de origem agroecológica.

A Feira está se mostrando um espaço/tempo muito rico para a articulação entre a Universidade, os movimentos sociais do campo e a comunidade em geral. Constitui-se, igualmente, em um meio de fortalecer a dimensão do ensino, da pesquisa, da extensão, da criação e da integração universitária. Os grandes desafios para a consolidação desse espaço de fomento à agroecologia na região são a permanência dos agricultores na Feira, por meio da garantia da comercialização de seus produtos, e o envolvimento da comunidade local na compra desses produtos. Esses dois desafios estão intimamente relacionados e, também, dizem respeito à sensibilização da população urbana no que tange à importância da produção agroecológica e da alimentação saudável.

5 Considerações finais

Ao longo deste artigo, procuramos assinalar como o sistema de opressão se reproduz em diferentes épocas e ambientes, gerando impactos destrutivos para os pobres e marginalizados da sociedade. No contexto do capitalismo neoliberal, os problemas socioambientais são potencializados, instituindo graves crises multidimensionais. As formas de colonização e opressão históricas são recriadas cada vez com maior gravidade, assumindo versões de exclusão e descartabilidade dos pobres e de destruição dos bens naturais para as presentes e futuras gerações.

A racionalidade agroecológica e as práticas que a colocam em movimento apresentam potencial libertador para os trabalhadores do campo, para as populações urbanas e para o conjunto das sociedades. Ao questionar a racionalidade neoliberal e suas mazelas socioambientais, a agroecologia aponta para uma nova relação entre os seres humanos e destes com a natureza, que pode resultar em novo paradigma civilizatório no Século XXI. Este se baseia

no respeito e valorização da sociobiodiversidade, dos ciclos da natureza e das culturas alimentares, na alimentação saudável e no fortalecimento dos vínculos dos agricultores e agricultoras com os territórios.

As racionalidades libertadoras requerem uma integração permanente entre campo e cidade, numa retroalimentação com benefícios mútuos. Essas racionalidades libertadoras adquirem uma potencialidade ainda maior quando associadas à educação do campo e à proposta de uma universidade popular. No caso da experiência aqui relatada, a Feira da Agricultura Familiar se constitui em um espaço de trocas diretas entre os produtores e os consumidores, tendo a Universidade como sujeito articulador. Nesse processo, todos são beneficiados: os trabalhadores do campo, a comunidade acadêmica e a sociedade em geral.

Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

BOFF, Leonardo. **¿Vivir mejor o «el buen vivir»?.** America Latina en Movimiento. 30/03/2009. Disponível em: <<http://www.alainet.org/es/active/29839>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

CALDART, Roseli Salete et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**. São Paulo/Piracicaba: Loyola/UNIMEP, 1976.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução: Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 65. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Extensão ou comunicação?** 7. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho D'Água, 1995.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto Guhur; TONÁ, Nilciney. **Agroecologia**. In: CALDART, Roseli Salete et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. **Economia Solidária**. In: HESPANHA, Pedro et. at. (Orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica**: Opção descolonial e o significado de identidade em política. Tradução: Ângela Lopes Norte. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, 2008, pp. 287–324.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia descolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26 n. 01, abril, 2010, pp. 15 – 40. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/02.pdf>>. Acesso: 23 jun. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **A Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 2 ed., São Paulo: Cortez, 2005.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

STEFFEN W. et al. **Planetary boundaries**: Guiding human development on a changing planet. *Science*, Vol. 347, Issue 6223, 2015.



Popular university extension and agroecology in the extreme south of Bahia: fields for new rationalities and liberating practices

Abstract

The typical university extension represents a decoloniality, intercultural, and emancipatory option, taking education as a presupposition to promote the democratization of knowledge, the meeting of knowledge, equity, and social and environmental justice. Based on this analytical background, the present article aims to articulate theoretical references of liberating rationalities and agroecology to contextualize an extensionist experience of solidarity economy at the Federal University of Southern Bahia (UFSB). The results indicate the potential of social integration and articulation of the University, especially in regions with significant socio-environmental vulnerabilities.

Keywords

Liberating Rationalities; Agroecology; Solidarity Economy.

Extensión universitaria popular y agroecología en el extremo sur de Bahía: campos para nuevas racionalidades y prácticas liberadoras

Resumen

La extensión universitaria popular representa una opción descolonial, intercultural y emancipadora, tomando la educación como presupuesto para promover la democratización del conocimiento, el encuentro de saberes, la equidad y la justicia socioambiental. Con base en esa matriz analítica, el presente artículo objetiva articular referenciales teóricos de las racionalidades liberadoras y de la agroecología con vistas a contextualizar una experiencia extensionista de economía solidaria en la Universidad Federal del Sur de Bahía (UFSB). Los resultados indican el potencial de integración social y articulación de la Universidad, especialmente en regiones con grandes vulnerabilidades socioambientales.

Palabras clave

Racionalidades Liberadoras; Agroecología; Economía Solidaria.